

Associações querem restauração de 15% da área terrestre, marinha e dos rios da Europa até 2030

15 de Dezembro, 2021

A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) junta-se a mais de 150 Organizações Não-Governamentais (ONG) de Ambiente europeias para recomendar “maior ambição” na nova “Lei de Restauro da Natureza” da União Europeia, que se encontra na fase final de preparação pela Comissão Europeia.

Numa carta aberta ao vice-presidente Executivo da Comissão Europeia, Frans Timmermans, e ao Comissário europeu do Ambiente, Virginijus Sinkevičius, estas organizações, que representam milhares de cidadãos europeus, recomendam que seja estabelecida uma meta mínima de “restaurar 15% da área terrestre, marinha e dos rios da UE até 2030”, refere um comunicado partilhado pela SPEA.

As organizações subscritoras argumentam que para esta nova legislação europeia ser suficientemente ambiciosa, adequada e eficaz, será indispensável que contenha metas claras e mensuráveis. Tal como na lei do clima, uma meta comum para toda a UE será indispensável para mobilizar os Estados Membros a agir à escala necessária e facilitará a monitorização das suas contribuições, garantindo que os objetivos são alcançados em tempo útil.

De acordo com a SPEA, restaurar 15% da área terrestre, marinha e dos rios da UE significa recuperar 650 mil km² em terra, um milhão de km² no mar e 178 mil km de rios, trazendo a natureza de volta a habitats e ecossistemas degradados pela ação humana. Esta abordagem já deu provas de sucesso, existindo bons exemplos no país, afirma a associação.

A SPEA tem implementado vários projetos que refletem os benefícios de restaurar áreas terrestres e marinhas. Nas Berlengas, a remoção de espécies invasoras fez com que o arquipélago voltasse a ser um refúgio para as aves marinhas, permitindo inclusive que o roque-de-castro, a mais pequena ave marinha portuguesa, nidificasse na Ilha da Berlenga nos últimos anos. Nos Açores, a recuperação da floresta Laurissilva e de ecossistemas naturais como as turfeiras permitiu salvar o priolo, ave que não existe em mais nenhum local do mundo, e aumentar a resiliência às alterações climáticas. Também na Madeira, os trabalhos da SPEA para restaurar a floresta Laurissilva têm sido exemplo de sucesso, recuperando o património natural do arquipélago para benefício das aves e das pessoas.

“Esta lei de restauro da Natureza é crucial para o futuro da Europa: temos de agir já para combater a crise climática e a crise da biodiversidade, e restaurar a Natureza do nosso continente, em larga-escala, é um passo fundamental nesse processo” diz Domingos Leitão, Diretor Executivo da SPEA, sublinhando que, “para esta lei ser eficaz, tem forçosamente de ser ambiciosa: preservar o pouco que nos resta não chega, temos de trazer a Natureza de

volta à Europa".